

EDITAL

OBJETO	Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoas físicas, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, para a prestação de serviços de alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente, bem como de bens móveis classificados como inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA
ENVIO DAS SOLICITAÇÕES DE CADASTRAMENTO	Os interessados que desejarem se cadastrar deverão encaminhar, exclusivamente, por meio eletrônico: o pedido de credenciamento, os documentos de habilitação e as declarações, conforme disposto nos itens 03 e 04 deste Edital. E-mail para envio: colicitacao@tjma.jus.br
IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	As impugnações ou os pedidos de esclarecimentos deverão ser remetidos para o endereço eletrônico: colicitacao@tjma.jus.br
RECEBIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO	<p>A partir de 27/04/2026</p> <p>O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 05 (cinco) anos, contado a partir da publicação do edital no PNCP e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.</p>



- É indispensável que, previamente ao envio de eventuais questionamentos, o interessado consolide a leitura plena do edital e seus anexos.
- A cópia do edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados nos endereços: <https://www.gov.br/compras/>, https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1 e http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=licitacoes.
- Toda comunicação deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA torna público que realizará o **CREDENCIAMENTO de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoas físicas, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, para a prestação de serviços de alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente, bem como de bens móveis classificados como inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA.** O procedimento auxiliar, autorizado por meio do **Processo Administrativo nº 9736/2026**, será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 11.878, de 09 de janeiro de 2024, Decreto nº 21.981/1932, do art. 80 da IN DREI nº 52/2022, da Resolução nº 14-TJMA/2005 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

1.1. O objeto deste Edital é o **Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para a prestação de serviços de alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente, bem como de bens móveis classificados como inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA**, conforme especificações constantes deste Edital e seus anexos.

1.2. O objeto possui natureza de serviço especializado, eventual e sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem pagamento direto pela Administração, e sem definição prévia de quantitativos, sendo a remuneração do leiloeiro realizada exclusivamente por comissão paga pelo arrematante, nos termos do Decreto nº 21.981/1932, do art. 80 da IN DREI nº 52/2022 e da Resolução nº 14-TJMA/2005.

1.3. Não há previsão de quantitativos mínimos ou máximos de leilões ou de bens a serem alienados, tendo em vista que a execução dos serviços **depende de prévia autorização judicial ou administrativa**, bem como da existência de bens disponíveis para alienação, conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Formalização da Demanda.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão habilitar-se para o Credenciamento, exclusivamente, Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física ou jurídica, que atendam as condições deste Edital e seus Anexos, conforme disposto no Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regulamenta a profissão de Leiloeiro ao território da República e na Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022.

2.2. Estará impedido de participar do credenciamento o Leiloeiro Oficial que se enquadrar em, pelo menos, uma das seguintes situações:

2.2.1. seja servidor, terceirizado ou estagiário do TJMA e seus parentes, até o 3º grau;

2.2.2. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária registrada no SICAF ou tenha sido apenado com declaração de inidoneidade por qualquer órgão da Administração Pública Estadual ou Federal;

2.2.3. esteja com sua inscrição de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial do Estado respectivo;

2.2.4. que esteja atuando como advogado em processos judiciais;

2.2.5. que não atenda aos requisitos do edital quanto à capacidade técnica, jurídica ou regularidade fiscal.

2.4. Os membros das carreiras da Defensoria Pública do Estado, bem como magistrados, membros do Ministério Público e os serventuários da justiça, estão impedidos de participar dos leilões realizados nos termos deste Edital.

2.5. A vedação do item anterior aplica-se aos membros, servidores, terceirizados e estagiários do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

3. DO ENVIO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1 Consoante o disposto no parágrafo único do inciso I do artigo 79 da Lei 14.133/2021, **este edital de credenciamento terá vigência de 05 (cinco)** e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto houver o interesse da administração na execução dos serviços.

3.2. O Pedido de Credenciamento deverá ser feito conforme modelo ANEXO I.

3.3. O requerimento de credenciamento deverá ser digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, acompanhada da documentação solicitada neste Edital, preferencialmente em papel timbrado próprio do proponente;

3.4. O requerimento apresentado de forma INCOMPLETA, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado inepto, podendo o interessado apresentar novo requerimento, devidamente sanado das irregularidades que ensejaram a inépcia.;

3.5. O requerimento vincula o proponente, sujeitando-o, integralmente, às condições deste credenciamento, independente de transcrição;

3.6. Serão declarados CREDENCIADOS todos os proponentes cujos requerimentos estiverem de acordo com o Edital e o Termo de Referência;

3.7. Os pedidos de credenciamento serão analisados pela **Comissão Permanente de Licitação do TRIBUNAL**, com vistas à **homologação pela Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão**.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Deve ser obrigatoriamente comprovada a habilitação jurídica mediante a apresentação dos **seguintes documentos**:

- a) cópia da cédula de identidade;
- b) certidão da matrícula na Junta Comercial do Estado do Maranhão;
- c) cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- d) certidões negativas de ações cíveis e criminais, expedidas pelas Secretarias de Distribuição das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e Militar, dos locais onde o interessado, **pessoa física**, tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- e) certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados;
- f) prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;
- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão da Justiça do Trabalho);
- h) certidão de quitação com as obrigações eleitorais.
- i) comprovação do exercício da atividade profissional de leiloeiro oficial por período não inferior a 3 (três) anos, mediante apresentação de documentação idônea.
- j) declaração de não ter vínculo conjugal ou de companheirismo, parentesco (natural ou civil), em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

4.2. Em relação aos documentos descritos no item 4.1:

- a) Serão admitidas certidões emitidas através da internet desde que no prazo de validade.
- b) Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões e/ou documentos, sendo o seu fornecimento de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial.
- c) Não estando previsto o prazo de validade nas certidões e declarações apresentadas, considerar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.
- d) O TRIBUNAL poderá, quando disponível no sítio do emissor, verificar a autenticidade da certidão e, a qualquer tempo, requerer a atualização dos dados e da documentação prevista nas alíneas do item 4.1.

e) O TRIBUNAL realizará consultas no SICAF, CADIN, CEIS e JUCEMA com o objetivo de aferir a regularidade dos participantes.

4.2.3. Apresentar as declarações:

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus Anexos.
- b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88;
- c) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, conforme o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88; e
- d) que cumpre reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.3 A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência (Anexo I), assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a credenciante às sanções previstas na legislação.

4.5 Os documentos apresentados na licitação deverão estar em nome da credenciante, com um único número de CNPJ/CPF e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

4.6 Quando se tratar de certidões em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data de envio do Pedido de Credenciamento.

5. DA ANÁLISE E DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 A documentação será recebida pela Coordenadoria de Licitação, que atuará no respectivo processo administrativo, o qual será submetido à Comissão de Contratação para verificação de atendimento aos requisitos do Termo de Referência.

5.1.1 Os documentos exigidos nos itens 3 e 4 serão analisados pela Comissão de Contratação.

5.2 A Comissão poderá realizar diligências e solicitar documentos adicionais para os candidatos ao credenciamento, sanando, quando possível, eventual desconformidade.

5.3 Após a análise da documentação a Comissão tornará público a decisão sobre a habilitação divulgando a lista de credenciados no **Compras.gov, PNCP e no site eletrônico do TJMA.**

6. DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DOS RECURSOS

6.1. Os pedidos de esclarecimento e/ou impugnações deverão ser encaminhados, por meio eletrônico, para o e-mail colicitacao@tjma.jus.br.

6.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente ato convocatório **a qualquer tempo durante sua vigência**, enquanto não houver alteração ou revogação do edital.

6.3. Caberá à Comissão de Contratação, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, responder aos pedidos de esclarecimentos ou impugnações no prazo de até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento.

6.4. O interessado poderá interpor recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contra o ato que indeferir seu pedido de credenciamento, contado da publicação do **resultado em um dos meios listados no item 5.3.**

6.5. A ausência de manifestação no prazo estabelecido implicará a decadência do direito de interpor recurso.

6.6. Os recursos indeferidos, no todo ou em parte, pela Comissão serão encaminhados, devidamente instruídos, à apreciação da Autoridade Superior, cuja decisão será comunicada ao interessado por meio eletrônico.

6.7. Durante o prazo para interposição de recurso, será assegurada vista dos autos aos interessados.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes dos **Itens 3 e 4** terão seus requerimentos de credenciamento homologados pelo Presidente do TJMA.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após o credenciamento, o TJMA convocará a(s) credenciada(s) para assinatura do instrumento.

8.2. O prazo de vigência inicial dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogados até o limite de 10 (dez) anos.

8.3. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. A despesa com a execução do Contrato correrá à conta dos recursos consignados:

Órgão: XXX

Unid. Orçamentária: XXX

Função: XXX

Subfunção: XXX

Ação Orçamentária: XXX

Unidade Gestora: XXX

Plano Interno: XXX

Natureza de Despesa: XXX

10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. **O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 05 (cinco) anos**, contado a partir da publicação do edital no PNCP e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

11. DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.2. O TJMA poderá realizar o descredenciamento quando houver:

11.2.1. pedido formalizado pelo credenciado;

11.2.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.2.3. descumprimento injustificado do contrato pela contratada; e

11.2.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.3. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.2.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.4. Nas hipóteses dos subitens 11.2.2 e 11.2.3, deverá ser aberto prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível descredenciamento.

11.5 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o credenciado não regularize a sua situação.

11.6 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão, não será rescindido o contrato em execução com o credenciado que estiver irregular.

12. DA COMPROVAÇÃO DE INFRAESTRUTURA MÍNIMA

12.1. A comprovação da infraestrutura mínima exigida deverá ser feita mediante apresentação de Declaração do interessado (ANEXO II do Termo de Referência).

12.2. Divulgar o evento em endereço eletrônico próprio, bem como em material impresso e em quaisquer outros meios de comunicação, de forma a conter, dentre outras informações, as seguintes: I) Características dos bens; II) Fotografias; III) Editais; IV) Contatos;

12.3. Ter condições para cumprir os seguintes requisitos básicos para a realização de Leilão Presencial e/ou Eletrônico:

12.3.1. Possibilitar, no leilão eletrônico, a projeção em tela da descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet;

12.3.2. Possibilitar a realização do leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente;

12.3.3. Permitir o recebimento e a inserção na internet dos lances prévios remetidos on line (via e-mail/sistema) ou entregues pessoalmente, informando a razão social/nome, endereço, CNPJ/CPF, RG e telefone;

12.3.4. Possuir mecanismo que somente permita a apresentação de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;

12.3.5. Assegurar que, **a cada lance ofertado, seja por meio eletrônico ou verbal, o participante seja imediatamente informado do respectivo recebimento, nos termos e condições em que o lance foi apresentado.**

12.3.6. Possuir site próprio que possibilite a realização de venda direta e leilão pela internet, inclusive com lances on-line e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados, observado o contido nos itens 12.3.4 e 12.3.5.

12.3.7. Realizar a gravação e registro do leilão.

12.3.8. Dar-se por ciente de que não será devida qualquer comissão a cargo do TRIBUNAL;

12.3.9 Fazer a conferência dos bens removidos (estado de conservação, porte e peso aproximado), tirar fotos dos bens, cópia de documentos comprobatórios da propriedade e levantamento de ônus sobre os bens;

12.3.10. Comprovar o exercício da atividade profissional de leiloeiro oficial por período não inferior a 3 (três) anos, mediante apresentação de documentação idônea.

12.3.11. Auxiliar o oficial de justiça por ocasião da avaliação do bem quando determinado pelo juiz de ofício ou a requerimento do TRIBUNAL;

12.3.12. Apresentar Apólice de Seguros em relação ao depósito, em valores a serem determinados de conformidade com o volume de bens colocados sob sua guarda, como forma de assegurar ao TRIBUNAL a restituição dos valores por consequência de incêndios, roubos, explosões e intempéries de qualquer natureza;

12.3.13. Apresentar projeto de atuação contendo a estratégia mercadológica de vendas, como forma de assegurar a busca incessante pelo melhor resultado nos leilões;

12.3.14. Prestar serviços em todo Estado do Maranhão.

13. DOS IMPEDIMENTOS

13.1 Estará impedido de participar do credenciamento o Leiloeiro Oficial que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

13.1.1. seja servidor, terceirizado ou estagiário do TJMA e seus parentes, até o 3º grau;

13.1.2. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária registrada no SICAF ou tenha sido apenado com declaração de inidoneidade por qualquer órgão da Administração Pública Estadual ou Federal;

13.1.3. esteja com sua inscrição de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial do Estado respectivo;

13.1.4. que esteja atuando como advogado em processos judiciais;

13.1.5. que não atenda aos requisitos do edital quanto à capacidade técnica, jurídica ou regularidade fiscal.

13.2. O Leiloeiro credenciado não poderá, em hipótese alguma, arrematar o bem em leilão.

13.3. Os membros das carreiras da Defensoria Pública do Estado, bem como magistrados, membros do Ministério Público e os serventuários da justiça, estão impedidos de participar dos leilões realizados nos termos deste Edital.

13.4. A vedação do item anterior aplica-se aos membros, servidores, terceirizados e estagiários do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela apresentação de documentos relativos a este Credenciamento.

14.2. Aplicam-se ao presente Credenciamento a Lei 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

14.3. Consultas poderão ser formuladas à Coordenadoria de Licitação exclusivamente pelo e-mail colicitacao@tjma.jus.br.

14.4. As informações relativas à classificação/habilitação do CREDENCIADO, bem como

os avisos relativos a este Credenciamento, serão disponibilizados aos interessados por meio do portal do TJMA, no endereço eletrônico: <http://www.tjma.jus.br> na seção cidadão – transparência.

14.5. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

15. DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de São Luís-MA.

São Luís, em 17 de abril de 2026.

ALLYSON FRANK
GOUVEIA COSTA

Allyson Frank Gouveia Costa
Agente de Contratação TJMA

Assinado digitalmente por ALLYSON FRANK GOUVEIA COSTA
ND: C=BR, S=MARANHÃO, L=SÃO LUIS, CN=ALLYSON FRANK GOUVEIA COSTA, E=afcosta@
tjma.jus.br
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.17 12:01:37-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

ANEXOS

É parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Requerimento de Credenciamento

Anexo II – Termo de Referência

Anexo III – Termo de Contrato;

Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

ANEXO I
PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

(REQUERIMENTO)

À
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Prezados Senhores,

A empresa.....com endereço
no(a), inscrita no
CNPJ/MF sob o nº.....vem, pelo seu representante legal infra-assinado,
requerer que seja deferido seu CREDENCIAMENTO perante o Tribunal de Justiça do
Estado do Maranhão, com objetivo de participar e atender aos termos previstos pelo
Edital n.º 01/2026, DECLARA, por este ato jurídico, ter prévia ciência e compreensão, em
tempo hábil e suficiente, do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do
Edital de convocação acima identificado, havendo anuência integral às condições nele
estabelecidas.

Por ser verdade, firmo a presente manifestação de vontade.

LOCAL, DATA E ASSINATURA

(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação).

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

(Em anexo, Termo de Referência contendo 19 fls)

ANEXO III**[MINUTA] CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS XXX/2026****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A
EMPRESA XXXXXX**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado à Av. Pedro II, s/nº, Centro, Palácio “Clóvis Beviláqua”, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n.º 05.288.790/0001-76, representado pelo seu Presidente o **DES. XXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de São Luís/MA, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXX– SSP/MA e do CPF n.º XXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro a **EMPRESA _____**, CNPJ N.º____, sediada à _____, neste ato representada pelo Sr.ª_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º_____, CPF n.º_____ doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 9736/2026, decorrente do CREDENCIAMENTO nº 01/2026 e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato o **Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoas físicas, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, para a prestação de serviços de alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente, bem como de bens móveis classificados como inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA**, conforme constante no Termo de Referência e Edital do CREDENCIAMENTO nº 01/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente contratação **não demanda adequação orçamentária**, uma vez que **não gera despesa direta para a Administração**. Em razão da inexistência de preço contratual, de orçamento estimativo e de impacto financeiro para o órgão, **não se aplica a verificação de disponibilidade ou adequação orçamentária**, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O procedimento reger-se-á da seguinte forma:

4.1.1. As unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário deverão **cadastrar a requisição** no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos – **DIGIDOC**, utilizando o assunto “**LEILÃO**”, instruindo o pedido com **toda a documentação necessária** à instauração do procedimento de alienação;

4.1.2. A **Coordenadoria de Administração da Corregedoria-Geral da Justiça – CGJ** procederá à **análise da requisição**, verificando a regularidade formal da solicitação;

4.1.3. Constatada a regularidade formal para a realização da hasta pública, a Coordenadoria de Administração da CGJ promoverá o **sorteio do leiloeiro público oficial, conforme Portaria da CGJ**, e **encaminhará os autos ao Juiz Corregedor** para apreciação;

4.1.4. O **Juiz Corregedor** homologará o sorteio realizado, quando atendidos os requisitos legais e regulamentares;

4.1.5. Após a homologação, a **Coordenadoria de Administração da CGJ** comunicará formalmente o **leiloeiro público oficial sorteado e a unidade solicitante por meio de correio eletrônico**;

4.1.6. O **leiloeiro público oficial** adotará as providências necessárias à **realização da hasta pública**, observando as condições legais, editalícias e contratuais.

4.2. O leiloeiro terá 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do comunicado da Corregedoria, para organização e finalização dos trabalhos.

4.6. Os serviços serão executados **em todo o território do Estado do Maranhão**, conforme a jurisdição da unidade judicial ou administrativa requisitante. Não se aplica o recebimento provisório ou definitivo de produtos, tendo em vista tratar-se de **prestação de serviço intelectual e operacional**, cujo acompanhamento ocorrerá por meio da fiscalização administrativa e da prestação de contas do leiloeiro

4.7. A execução do objeto será acompanhada e aferida **por evento de leilão realizado**, considerando o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo leiloeiro credenciado, tais como a organização, divulgação, condução do leilão e a correspondente prestação de contas à Administração. A medição da execução terá **finalidade exclusivamente**

administrativa e de fiscalização, não financeira, sendo realizada com base nos relatórios, documentos e informações apresentados pelo leiloeiro após cada leilão, bem como nos registros efetuados pela fiscalização do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os serviços consistem, de forma não exaustiva, em: i) organização, preparação, divulgação e condução de leilões públicos, preferencialmente em meio eletrônico; ii) realização de atos necessários à alienação dos bens, nos termos da legislação aplicável; e iii) prestação de contas à Administração acerca dos resultados obtidos.

5.1.1. Por se tratar de serviço especializado, **não há enquadramento em catálogo eletrônico de padronização**, sendo observados, contudo, os requisitos de **qualidade, segurança, transparência, compatibilidade e confiabilidade**, compatíveis com a natureza da atividade.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Não haverá **pagamento direto pela Administração** ao leiloeiro credenciado. A remuneração do leiloeiro público oficial ocorrerá **exclusivamente por meio de comissão correspondente a 5% (cinco por cento)**, incidente sobre o **valor da arrematação, paga diretamente pelo arrematante**, nos termos do Decreto nº 21.981/1932 e conforme disposto no edital de credenciamento e no instrumento de adesão.

6.2. O Contratante **não responderá**, em qualquer hipótese, **nem de forma solidária, nem subsidiária**, pela **solvência, inadimplência ou por quaisquer obrigações financeiras assumidas pelos arrematantes**, inexistindo vínculo jurídico ou responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em relação aos pagamentos devidos em decorrência da arrematação, os quais constituem **responsabilidade exclusiva dos arrematantes**, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. **Não se aplica reajuste de preços** à presente contratação, tendo em vista que **não há preço contratual ou valor a ser pago pela Administração**. A remuneração do leiloeiro público oficial ocorrerá **exclusivamente por meio de comissão previamente fixada**, incidente sobre o valor da arrematação e **paga diretamente pelo arrematante**, inexistindo, portanto, base econômica para aplicação de reajuste, revisão ou repactuação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos observados.

8.2. Fornecer a relação discriminada e avaliada dos bens a serem leiloados, quando solicitada.

8.3. Fornecer, quando necessário, meios para que os interessados possam vistoriar e examinar os bens destinados à hasta pública.

8.4. Notificar por escrito o Contratado, em casos de qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, para que providencie a imediata correção.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Constituem obrigações do leiloeiro, **sem prejuízo daquelas previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no que couber**, especialmente o disposto nos **arts. 880 e seguintes**, as seguintes:

9.1.1. Exercer o encargo pessoalmente, vedada a subcontratação da atividade-fim de leiloeiro público oficial;

9.1.2. Realizar as praças ou leilões, empenhando-se na obtenção do melhor preço possível para o bem praceado;

9.1.3. promover a mais ampla divulgação através de mala-direta e anúncios publicitários, em jornais, internet e outros meios de comunicação disponíveis das praças e leilões;

9.1.4. Manter, **sob sua responsabilidade**, a **guarda e conservação** dos bens que lhe forem confiados **na condição de depositário judicial**, adotando todas as providências necessárias à preservação de sua integridade;

9.1.5. Manter contrato de seguro dos bens removidos para a sua guarda;

9.1.6. prestar contas nas 48 (quarenta e oito) horas subsequentes ao depósito;

9.1.7. **Apresentar, mensalmente, até o primeiro dia útil do mês subsequente, relatório final de cada leilão realizado, contendo, no mínimo:** descrição do bem; valor de avaliação; valor de arrematação; CPF ou CNPJ do arrematante; nome do arrematante; quantidade de lotes arrematados; quantidade de lotes não arrematados; bem como a quantidade e o valor dos lotes em condição suspensiva (condicionais), quando houver.

9.1.8. Apresentar, sempre que solicitado pela Corregedoria, listagem preferencialmente em meio eletrônico (planilha eletrônica ou base de dados), contendo a relação de máquinas, equipamentos industriais, imóveis e demais bens que despertem maior interesse em hasta pública, bem como daqueles que, embora levados a leilão reiteradas vezes, em processos do mesmo devedor ou de devedores distintos, não tenham sido arrematados;

9.1.9. atender às condições especificadas nos editais de leilão expedidos pela Corregedoria Geral da Justiça no que concerne às formalidades, fixação de honorários e demais procedimentos;

9.1.10. Conduzir o leilão público e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas ao Contratado.

9.1.11. Promover, no âmbito de sua atuação, diligências para localização de bens (inclusive com fotografias, coordenadas geográficas - GPS, imagens de sites, etc);

9.1.12. Identificar e informar ao Depositário Judicial os gravames de qualquer natureza existentes sobre os bens removidos, armazenados, e os que estão sob sua guarda;

9.1.13. Apresentar, devidamente assinado, Termo de Contrato, comprometendo-se a anuir contratualmente que todas as despesas incorridas na execução do leilão de que trata este Termo de Referência, sejam de que natureza forem, correrão a sua conta exclusiva, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo ao TRIBUNAL nenhuma responsabilização por tais despesas;

9.1.14. Realizar às suas expensas todas as despesas necessárias à realização do leilão de que trata o subitem anterior, tais como: I) publicações; II) divulgação em site próprio, na internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; III) divulgação em jornais de grande circulação regional; IV) confecção de panfletos, cartilhas, livretos, faixas etc; V) locação de instalações/equipamentos; VI) contratação de mão-de-obra; VII) segurança para o evento, bens e valores recebidos, Remoção dos bens até o local onde será guardado ou realizado o leilão, etc;

9.1.15. Ter condições de oferecer, no mínimo, instalações próprias ou de terceiros que possuam infraestrutura adequada para a realização dos leilões com sistema audiovisual e aparelhagem de som;

9.1.16. Prestar serviços em todo Estado do Maranhão.

9.1.17. Responsabilizar-se pelo **adequado acondicionamento** de todo e qualquer bem que, por sua natureza, **possa causar degradação ao meio ambiente ou riscos à saúde das pessoas**, adotando as medidas necessárias à prevenção de danos, **respondendo exclusivamente por eventuais prejuízos** que venham a ocorrer **ao bem, ao meio ambiente ou a terceiros**, em decorrência de sua atuação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O credenciamento será executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas no edital de credenciamento, no termo de adesão ou instrumento equivalente, na legislação aplicável à atividade de leiloeiro público oficial e nas normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Considerando a natureza do objeto, os serviços serão prestados **sob demanda**, não havendo cronograma fixo de execução, tampouco obrigação de convocação mínima,

inexistindo, portanto, paralisação ou suspensão contratual nos moldes dos contratos de execução continuada.

10.3. As comunicações entre o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e os leiloeiros credenciados deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico, sempre que o ato exigir formalização ou registro nos autos.

10.4. A Administração poderá convocar o leiloeiro credenciado ou seu representante para adoção de providências necessárias à adequada execução dos serviços, sempre que houver demanda.

10.5. Sempre que julgado necessário, poderá ser realizada **reunião inicial ou de alinhamento**, presencial ou remota, para esclarecimento das regras de execução, das responsabilidades das partes, dos procedimentos de fiscalização e da forma de prestação de contas relativa aos leilões realizados.

10.6. O leiloeiro credenciado poderá, **facultativamente**, indicar formalmente responsável pela interlocução com a Administração, com poderes para tratar de assuntos relacionados ao objeto do credenciamento, hipótese em que a indicação deverá ocorrer antes do início da execução dos serviços.

10.7. O leiloeiro credenciado deverá manter representante disponível para atendimento às demandas da Administração durante a vigência do credenciamento, podendo a comunicação ocorrer de forma presencial ou remota, conforme a natureza do serviço.

10.8. A Administração poderá, justificadamente, solicitar a substituição do representante indicado, quando constatada inadequação ao atendimento das necessidades administrativas.

10.9. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ou por seus substitutos.

10.10. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços de alienação, verificando a observância das regras legais, do edital de credenciamento e do instrumento de adesão, de modo a assegurar a regularidade, a transparência e a eficiência dos leilões realizados.

10.11. O fiscal registrará, no histórico de gerenciamento do credenciamento, as ocorrências relevantes relacionadas à execução dos serviços, indicando, quando necessário, medidas corretivas.

10.12. Constatada qualquer irregularidade, o fiscal notificará o leiloeiro credenciado para adoção das providências necessárias, fixando prazo razoável para saneamento.

10.13. Situações que demandem decisão superior ou extrapolem a competência da fiscalização deverão ser comunicadas ao gestor do contrato em tempo hábil.

10.14. A fiscalização administrativa abrangerá a verificação da **manutenção das**

condições de habilitação do leiloeiro credenciado, inclusive regularidade cadastral e profissional, bem como o cumprimento das obrigações assumidas.

10.15. Não se aplicam ao presente credenciamento atividades relacionadas a empenho, liquidação, pagamento, glosas, retenções tributárias ou garantias contratuais, uma vez que **não há pagamento direto pela Administração**, sendo a remuneração do leiloeiro realizada exclusivamente por comissão paga pelo arrematante.

Gestão do credenciamento

10.16. O gestor do contrato será responsável pela coordenação do acompanhamento do credenciamento, mantendo atualizados os registros formais relativos à execução dos serviços, às convocações realizadas, às ocorrências registradas e às eventuais sanções aplicadas.

10.17. O gestor acompanhará as informações prestadas pela fiscalização, adotando as providências administrativas cabíveis quando identificadas irregularidades ou necessidade de ajustes.

10.18. Quando constatado descumprimento das obrigações assumidas, o gestor do contrato adotará as medidas necessárias à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.19. Ao final da vigência do credenciamento, o gestor elaborará relatório conclusivo acerca da execução dos serviços, destacando os resultados alcançados e eventuais recomendações para aprimoramento dos procedimentos futuros.

CLÁUSULA ONZE – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será permitida, em qualquer hipótese, a subcontratação nesta contratação.

CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As infrações administrativas e as sanções previstas nos arts. **155 e 156 da Lei nº 14.133/2021** serão aplicadas ao Credenciado, garantidos o **contraditório e a ampla defesa**, observados os **procedimentos, critérios e regras de dosimetria** estabelecidos na **Resolução-GP nº 83, de 13 de agosto de 2024**, e na **Resolução-GP nº 15, de 2025**, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA.

12.2. O Credenciado que descumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no Credenciamento ficará sujeito às seguintes sanções administrativas, conforme o art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, nos termos da legislação vigente e da Resolução-GP nº 83/2024.

12.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

12.2.3. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral do dano eventualmente causado à Administração Pública.

12.3. Considerando que o presente credenciamento **não possui valor contratual** e que a remuneração do leiloeiro decorre exclusivamente de comissão paga pelo arrematante, as **multas administrativas terão como base de cálculo o valor de avaliação mais recente do lote(s) diretamente afetado(s) pela infração**, equiparados à **parcela executável do objeto**, observados os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e dosimetria**, nos termos da **Resolução-GP nº 15/2025**.

Parágrafo único. Quando a infração envolver mais de um lote, a base de cálculo corresponderá **exclusivamente ao somatório dos valores de avaliação dos lotes diretamente relacionados à conduta infracional**, vedada a utilização de valores globais, estimativos ou desvinculados da infração

12.4. Da multa moratória (atraso injustificado)

12.4.1. A multa moratória será aplicada ao Credenciado que executar o serviço de forma integral, porém **com atraso injustificado** em relação aos prazos estabelecidos no Credenciamento, nos termos do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024, observados os critérios de dosimetria previstos na Resolução-GP nº 15/2025.

12.4.2. A multa moratória será aplicada mediante decisão administrativa devidamente fundamentada, observados os seguintes percentuais e faixas temporais, conforme o art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024, calculados sobre o valor de arrematação do(s) lote(s) afetado(s):

a) 0,5% (cinco décimos por cento), para o 1º (primeiro) dia de atraso;

b) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, do 2º (segundo) ao 30º (trigésimo) dia de atraso;

c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, do 31º (trigésimo primeiro) ao 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

12.4.3. A aplicação da multa moratória observará, necessariamente, os limites percentuais estabelecidos no parágrafo único do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024 (mínimo de 0,5% e máximo de 30% da base de cálculo adotada), bem como o limite absoluto previsto no art. 8º da Resolução-GP nº 15/2025 (até 100 (cem) salários-mínimos), considerados os critérios de dosimetria.

12.4.4. Considera-se atraso injustificado a não apresentação, pelo Credenciado, de justificativa técnica ou documental idônea capaz de motivar o descumprimento do prazo estabelecido, nos termos do art. 19 da Resolução-GP nº 83/2024.

12.4.5. Ultrapassados 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, a unidade gestora deverá notificar o Credenciado e, consideradas as justificativas apresentadas, avaliar, em manifestação fundamentada, a conveniência da manutenção do credenciamento ou de sua rescisão, observado o interesse público.

12.5. Da multa compensatória (inexecução parcial ou total)

12.5.1. A multa compensatória será aplicada nos casos de inexecução parcial ou total do objeto, observados os critérios de dosimetria, a gravidade da infração, a extensão do dano, a vantagem auferida, a reincidência e as circunstâncias atenuantes ou agravantes, nos termos da Resolução-GP nº 15/2025.

12.5.2. Na inexecução parcial, poderá ser aplicada multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor de arrematação do(s) lote(s) diretamente afetado(s), observado o limite máximo previsto no parágrafo único do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024.

12.5.3. Na inexecução total, poderá ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor de arrematação do(s) lote(s) diretamente afetado(s), observado o limite máximo previsto no parágrafo único do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024.

12.5.4. A aplicação da multa compensatória poderá ensejar, conforme o caso, o descredenciamento unilateral do Credenciado, observados os arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Nos termos da Resolução-GP nº 15/2025, poderá ser celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), quando cabível, como medida alternativa à aplicação de sanção administrativa, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares.

12.7. As sanções aplicadas, após decisão administrativa definitiva, serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no SICAF, no SINC-Contrata/TCE-MA, no Diário da Justiça Eletrônico e nos sistemas internos do TJMA, nos termos da Resolução-GP nº 83/2024.

12.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança, os valores devidos a título de multa serão inscritos em dívida ativa, observados os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

CLÁUSULA TREZE – DO DESCRENDECIAIMENTO

13.1. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

13.2. O TJMA poderá realizar o descredenciamento quando houver:

13.2.1. pedido formalizado pelo credenciado;

13.2.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

13.2.3. descumprimento injustificado do contrato pela contratada; e

13.2.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

13.3. O pedido de descredenciamento de que trata o item 13.2.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

13.4. Nas hipóteses dos subitens 13.2.2 e 13.2.3, deverá ser aberto prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível descredenciamento.

13.5 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o credenciado não regularize a sua situação.

13.6 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão, não será rescindido o contrato em execução com o credenciado que estiver irregular.

CLÁUSULA QUATORZE – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. As partes obrigam-se a atuar no presente Contrato, em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assim como as determinações do Conselho Nacional de Justiça e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, da Política de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Maranhão (Resolução-GP nº 13, de 23 de março de 2021) e Portaria GP 224/2024 -TJMA.

CLÁUSULA QUINZE – DA ANTICORRUPÇÃO

15.1. A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos, e se compromete, por si, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Resolução-GP 59/2021).

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. A extinção deste contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

17.2. O contrato poderá ser extinto unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica.

CLÁUSULA DEZOITO – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

18.1. O presente contrato tem fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.2. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** vinculam-se plenamente ao presente contrato e aos documentos que integram o Processo Administrativo nº 9736/2026–TJ/MA, e que são partes integrantes deste contrato, independente de transcrição, o Edital Credenciamento nº 01/2026, e o Termo de Referência.

CLÁUSULA DEZENOVE – CASOS OMISSOS

19.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VINTE – DA PUBLICAÇÃO

20.1 O **CONTRATANTE** providenciará a divulgação dos extratos de termos dos contratos e respectivos aditivos, no Portal Nacional de Contratações Públicas, em obediência ao disposto no artigo 94 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

20.2 Este contrato após assinado e publicado estará disponível no Portal da Transparência do TJMA: http://www.tjma.jus.br/financas/index.php?acao_portal=menu_contratos.

CLÁUSULA VINTE E UM – DO FORO

21.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato de inteiro teor.

São Luís, xx de xxxxxxxx de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente do TJMA

CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Empresa

CONTRATADA

*(assinado eletronicamente)*Anexo

ANEXO IV

(Em anexo, Estudo Técnico Preliminar contendo 14 fls)

TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Objeto

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoas físicas, regularmente matriculados na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, para a prestação de serviços de alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente, bem como de bens móveis classificados como inservíveis, pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, a serem executados sob demanda, conforme requisições das unidades judiciais e administrativas competentes.

Natureza do objeto

1.2. O objeto possui natureza de serviço especializado, eventual e sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem pagamento direto pela Administração, e sem definição prévia de quantitativos, sendo a remuneração do leiloeiro realizada exclusivamente por comissão paga pelo arrematante, nos termos do Decreto nº 21.981/1932, do art. 80 da IN DREI nº 52/2022 e da Resolução nº 14-TJMA/2005.

Quantitativos

1.3. Não há previsão de quantitativos mínimos ou máximos de leilões ou de bens a serem alienados, tendo em vista que a execução dos serviços **depende de prévia autorização judicial ou administrativa**, bem como da existência de bens disponíveis para alienação, conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Formalização da Demanda.

Prazo de vigência

1.4. O credenciamento terá **vigência inicial de até 5 (cinco) anos**, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, **podendo ser prorrogado**, desde que mantidas as condições que ensejaram a contratação, comprovada a vantagem para a Administração e observada a legislação vigente.

Especificação do serviço

1.5. Os serviços consistem, de forma não exaustiva, em: i) organização, preparação, divulgação e condução de leilões públicos, preferencialmente em meio eletrônico; ii) realização de atos necessários à alienação dos bens, nos termos da legislação aplicável; e iii) prestação de contas à Administração acerca dos resultados obtidos.

1.5.1. Por se tratar de serviço especializado, **não há enquadramento em catálogo eletrônico de padronização**, sendo observados, contudo, os requisitos de **qualidade, segurança, transparência, compatibilidade e confiabilidade**, compatíveis com a natureza da atividade.

Locais de execução e recebimento

1.6. Os serviços serão executados **em todo o território do Estado do Maranhão**, conforme a jurisdição da unidade judicial ou administrativa requisitante. Não se aplica o recebimento provisório ou definitivo de produtos, tendo em vista tratar-se de **prestação de serviço intelectual e operacional**, cujo acompanhamento ocorrerá por meio da fiscalização administrativa e da prestação de contas do leiloeiro.

1.7. Garantia, manutenção e assistência técnica

Não se aplica a exigência de garantia contratual, manutenção ou assistência técnica, em razão da natureza do objeto, do modelo de credenciamento adotado e da inexistência de pagamento direto pela Administração, sem prejuízo das responsabilidades legais e profissionais inerentes à atividade de leiloeiro público oficial.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na **necessidade de promover a alienação regular, transparente e eficiente de bens e materiais apreendidos judicialmente**, bem como de **bens móveis classificados como inservíveis**, pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, de modo a atender às determinações legais, judiciais e administrativas aplicáveis, além de contribuir para a adequada gestão patrimonial da Instituição.

Conforme demonstrado no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, a Administração não dispõe, em seu quadro próprio, de servidores legalmente habilitados para o exercício da atividade de leiloeiro público oficial, profissão regulamentada pelo Decreto nº 21.981/1932, o que inviabiliza a execução direta desses serviços. Ademais, a atividade de alienação de bens demanda conhecimento técnico específico, estrutura própria e observância de procedimentos legais próprios, cuja execução por profissional habilitado é imprescindível para garantir a legalidade, a transparência e a eficiência do processo.

O ETP analisou as alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade administrativa, concluindo que o **credenciamento de leiloeiros públicos oficiais** constitui a **solução mais adequada**, uma vez que permite a ampla participação de profissionais habilitados, assegura maior capilaridade e disponibilidade para atendimento das demandas judiciais e administrativas, e afasta a necessidade de sucessivas licitações para cada evento de alienação, considerando que a ocorrência dos leilões é **eventual e imprevisível**, dependente da existência de bens disponíveis e de prévia autorização competente.

Ressaltou-se, ainda, no estudo preliminar, que a contratação por credenciamento mostra-se compatível com a natureza do objeto, por se tratar de serviço **sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem pagamento direto pela Administração**, sendo a remuneração do leiloeiro realizada **exclusivamente por comissão incidente sobre o valor da arrematação**, paga pelo arrematante, conforme a legislação específica que rege a atividade.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar que instrui o processo, o qual fundamenta, de maneira clara e suficiente, a escolha do modelo de credenciamento como instrumento apto a atender ao interesse público, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e segurança jurídica.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada para atendimento da necessidade administrativa consiste no **credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais**, pessoas físicas, devidamente habilitadas e registradas na Junta Comercial competente, para a **prestação de serviços de alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente**, bem como de **bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA**, a serem executados **sob demanda**, conforme requisições das unidades judiciais e administrativas competentes.

A escolha do **credenciamento** como solução mostrou-se a mais vantajosa, conforme análise realizada no Estudo Técnico Preliminar, por permitir a **ampla participação de profissionais habilitados**, assegurar maior **disponibilidade e capilaridade** na prestação dos serviços e conferir **flexibilidade operacional** à Administração, considerando que a realização dos leilões depende de fatores variáveis, tais como a existência de bens disponíveis e a prévia autorização judicial ou administrativa.

No modelo adotado, os leiloeiros credenciados serão convocados para atuar sempre que houver demanda, observadas as regras e critérios estabelecidos no edital de credenciamento, sem exclusividade e sem garantia de volume de serviços. A remuneração ocorrerá **exclusivamente por comissão incidente sobre o valor da arrematação**, paga pelo arrematante, não havendo pagamento direto de valores pelo TJMA, o que afasta a necessidade de estrutura de medição, faturamento ou reajuste contratual.

A solução contempla todo o **ciclo de vida do objeto**, abrangendo:

- (i) a identificação e disponibilização dos bens aptos à alienação;
- (ii) a preparação, organização e divulgação dos leilões;
- (iii) a condução dos certames, preferencialmente em meio eletrônico;
- (iv) a alienação dos bens ao melhor lance, nos termos da legislação aplicável; e
- (v) a prestação de contas à Administração acerca dos resultados obtidos, até o encerramento das atividades relativas a cada leilão.

Sob a perspectiva da **economia circular**, a solução contribui para a **reintrodução de bens inservíveis ou apreendidos no ciclo econômico**, promovendo sua destinação adequada, a redução

de custos com armazenamento e guarda, a mitigação de impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado e o aproveitamento econômico de ativos que não mais atendem às finalidades institucionais do Tribunal.

Dessa forma, a solução descrita apresenta-se **tecnicamente adequada, juridicamente segura e economicamente eficiente**, atendendo de maneira satisfatória à necessidade que originou a demanda, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da habilitação jurídica

4.1. O Pedido de Credenciamento deverá ser feito conforme modelo ANEXO I e deve obrigatoriamente comprovar sua habilitação jurídica mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) cópia da cédula de identidade;
- b) certidão da matrícula na Junta Comercial do Estado do Maranhão;
- c) cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- d) certidões negativas de ações cíveis e criminais, expedidas pelas Secretarias de Distribuição das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e Militar, dos locais onde o interessado, **pessoa física**, tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos;
- e) certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados;
- f) prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;
- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão da Justiça do Trabalho);
- h) certidão de quitação com as obrigações eleitorais.
- i) comprovação de exercício da atividade profissional de leiloeiro por não menos que 3 (três) anos.
- j) declaração de não ter vínculo conjugal ou de companheirismo, parentesco (natural ou civil), em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão;

4.2. Em relação aos documentos descritos no item 4.1:

- a) Serão admitidas certidões emitidas através da internet desde que no prazo de validade.
- b) Não serão aceitos protocolos de solicitação de certidões e/ou documentos, sendo o seu fornecimento de inteira responsabilidade do leiloeiro oficial.
- c) Não estando previsto o prazo de validade nas certidões e declarações apresentadas, considerar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.
- d) O TRIBUNAL poderá, quando disponível no sítio do emissor, verificar a autenticidade da certidão e, a qualquer tempo, requerer a atualização dos dados e da documentação prevista nas alíneas do item 4.1.
- e) O TRIBUNAL realizará consultas no SICAF, CADIN, CEIS e JUCEMA com o objetivo de aferir a regularidade dos participantes.

4.3. O requerimento de credenciamento deverá ser digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, acompanhada da documentação solicitada neste Edital, preferencialmente em papel timbrado próprio do proponente;

4.4. O requerimento apresentado de forma INCOMPLETA, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado inepto, podendo o interessado apresentar novo requerimento, devidamente sanado das irregularidades que ensejaram a inépcia.;

4.5. O requerimento vincula o proponente, sujeitando-o, integralmente, às condições deste credenciamento, independente de transcrição;

4.6. Serão declarados CREDENCIADOS todos os proponentes cujos requerimentos estiverem de acordo com o Edital e este Termo de Referência;

4.7. Os pedidos de credenciamento serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação do TRIBUNAL, com vistas à homologação pela Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Comprovação de infraestrutura mínima

4.8.3.1. A comprovação da infraestrutura mínima exigida deverá ser feita mediante apresentação de Declaração do interessado (ANEXO II)

4.8.4. Divulgar o evento em endereço eletrônico próprio, bem como em material impresso e em quaisquer outros meios de comunicação, de forma a conter, dentre outras informações, as seguintes: I) Características dos bens; II) Fotografias; III) Editais; IV) Contatos;

4.8.5. Ter condições para cumprir os seguintes requisitos básicos para a realização de Leilão Presencial e/ou Eletrônico:

- 4.8.5.1. Possibilitar, no leilão eletrônico, a projeção em tela da descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet;
- 4.8.5.2. Possibilitar a realização do leilão com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente;
- 4.8.5.3. Permitir o recebimento e a inserção na internet dos lances prévios remetidos on line (via e-mail/sistema) ou entregues pessoalmente, informando a razão social/nome, endereço, CNPJ/CPF, RG e telefone;
- 4.8.5.4. Possuir mecanismo que somente permita a apresentação de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote;
- 4.8.5.5. Assegurar que, **a cada lance ofertado, seja por meio eletrônico ou verbal, o participante seja imediatamente informado do respectivo recebimento, nos termos e condições em que o lance foi apresentado.**
- 4.8.5.6. Possuir site próprio que possibilite a realização de venda direta e leilão pela internet, inclusive com lances on-line e que permita a visualização de fotos dos bens ofertados, observado o contido nos itens 4.8.5.4 e 4.8.5.5.
- 4.8.5.7. Realizar a gravação e registro do leilão.
- 4.8.6. Dar-se por ciente de que não será devida qualquer comissão a cargo do TRIBUNAL;
- 4.8.7. Fazer a conferência dos bens removidos (estado de conservação, porte e peso aproximado), tirar fotos dos bens, cópia de documentos comprobatórios da propriedade e levantamento de ônus sobre os bens;
- 4.8.8. Comprovar o exercício da atividade de leiloeiro por pelo menos 3 (três) anos;
- 4.8.9. Auxiliar o oficial de justiça por ocasião da avaliação do bem quando determinado pelo juiz de ofício ou a requerimento do TRIBUNAL;
- 4.8.10. Apresentar Apólice de Seguros em relação ao depósito, em valores a serem determinados de conformidade com o volume de bens colocados sob sua guarda, como forma de assegurar ao TRIBUNAL a restituição dos valores por consequência de incêndios, roubos, explosões e intempéries de qualquer natureza;
- 4.8.11. Apresentar projeto de atuação contendo a estratégia mercadológica de vendas, como forma de assegurar a busca incessante pelo melhor resultado nos leilões;
- 4.8.12. Prestar serviços em todo Estado do Maranhão.

Dos impedimentos

4.9. Estará impedido de participar do credenciamento o Leiloeiro Oficial que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

- 4.9.1. seja servidor, terceirizado ou estagiário do TJMA e seus parentes, até o 3º grau;
- 4.9.2. esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária registrada no SICAF ou tenha sido apenado com declaração de inidoneidade por qualquer órgão da Administração Pública Estadual ou Federal;
- 4.9.3. esteja com sua inscrição de Leiloeiro Oficial suspensa na Junta Comercial do Estado respectivo;
- 4.9.4. que esteja atuando como advogado em processos judiciais;
- 4.9.5. que não atenda aos requisitos do edital quanto à capacidade técnica, jurídica ou regularidade fiscal.

4.10. O Leiloeiro credenciado não poderá, em hipótese alguma, arrematar o bem em leilão.

4.11. Os membros das carreiras da Defensoria Pública do Estado, bem como magistrados, membros do Ministério Público e os serventuários da justiça, estão impedidos de participar dos leilões realizados nos termos deste Edital.

4.12. A vedação do item anterior aplica-se aos membros, servidores, terceirizados e estagiários do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

Obrigações do leiloeiro

4.13. Constituem obrigações do leiloeiro, **sem prejuízo daquelas previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no que couber**, especialmente o disposto nos **arts. 880 e seguintes**, as seguintes:

- 4.13.1. Exercer o encargo pessoalmente, vedada a subcontratação da atividade-fim de leiloeiro público oficial;
- 4.13.2. Realizar as praças ou leilões, empenhando-se na obtenção do melhor preço possível para o bem praxeado;
- 4.13.3. promover a mais ampla divulgação através de mala-direta e anúncios publicitários, em jornais, internet e outros meios de comunicação disponíveis das praças e leilões;
- 4.13.4. Manter, **sob sua responsabilidade**, a **guarda e conservação** dos bens que lhe forem confiados **na condição de depositário judicial**, adotando todas as providências necessárias à preservação de sua integridade;

- 4.13.5. Manter contrato de seguro dos bens removidos para a sua guarda;
- 4.13.6. prestar contas nas 48 (quarenta e oito) horas subsequentes ao depósito;
- 4.13.7. **Apresentar, mensalmente, até o primeiro dia útil do mês subsequente, relatório final de cada leilão realizado, contendo, no mínimo:** descrição do bem; valor de avaliação; valor de arrematação; CPF ou CNPJ do arrematante; nome do arrematante; quantidade de lotes arrematados; quantidade de lotes não arrematados; bem como a quantidade e o valor dos lotes em condição suspensiva (condicionais), quando houver.
- 4.13.8. Apresentar, sempre que solicitado pela Corregedoria, listagem preferencialmente em meio eletrônico (planilha eletrônica ou base de dados), contendo a relação de máquinas, equipamentos industriais, imóveis e demais bens que despertem maior interesse em hasta pública, bem como daqueles que, embora levados a leilão reiteradas vezes, em processos do mesmo devedor ou de devedores distintos, não tenham sido arrematados;
- 4.13.9. atender às condições especificadas nos editais de leilão expedidos pela Corregedoria Geral da Justiça no que concerne às formalidades, fixação de honorários e demais procedimentos;
- 4.13.10. Conduzir o leilão público e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas ao Contratado.
- 4.13.11. Promover, no âmbito de sua atuação, diligências para localização de bens (inclusive com fotografias, coordenadas geográficas - GPS, imagens de sites, etc);
- 4.13.12. Identificar e informar ao Depositário Judicial os gravames de qualquer natureza existentes sobre os bens removidos, armazenados, e os que estão sob sua guarda;
- 4.13.13. Apresentar, devidamente assinado, Termo de Contrato, comprometendo-se a anuir contratualmente que todas as despesas incorridas na execução do leilão de que trata este Termo de Referência, sejam de que natureza forem, correrão a sua conta exclusiva, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo ao TRIBUNAL nenhuma responsabilização por tais despesas;
- 4.13.14. Realizar às suas expensas todas as despesas necessárias à realização do leilão de que trata o subitem anterior, tais como: I) publicações; II) divulgação em site próprio, na internet, por no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão; III) divulgação em jornais de grande circulação regional; IV) confecção de panfletos, cartilhas, livretos, faixas etc; V) locação de instalações/equipamentos; VI) contratação de mão-de-obra; VII) segurança para o evento, bens e valores recebidos, Remoção dos bens até o local onde será guardado ou realizado o leilão, etc;

4.13.15. Ter condições de oferecer, no mínimo, instalações próprias ou de terceiros que possuam infraestrutura adequada para a realização dos leilões com sistema audiovisual e aparelhagem de som;

4.13.16. Prestar serviços em todo Estado do Maranhão.

Acondicionamento de bens que possam agredir ao meio ambiente

4.13.14. Responsabilizar-se pelo **adequado acondicionamento** de todo e qualquer bem que, por sua natureza, **possa causar degradação ao meio ambiente ou riscos à saúde das pessoas**, adotando as medidas necessárias à prevenção de danos, **respondendo exclusivamente por eventuais prejuízos** que venham a ocorrer **ao bem, ao meio ambiente ou a terceiros**, em decorrência de sua atuação.

Das obrigações do Contratante

4.13.15. Exercer a fiscalização e acompanhamento da execução, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos observados.

4.13.16. Fornecer a relação discriminada e avaliada dos bens a serem leiloados, quando solicitada.

4.13.17. Fornecer, quando necessário, meios para que os interessados possam vistoriar e examinar os bens destinados à hasta pública.

4.13.18. Notificar por escrito o Contratado, em casos de qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, para que providencie a imediata correção.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O procedimento reger-se-á da seguinte forma: 1. As unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário deverão **cadastrar a requisição** no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos – **DIGIDOC**, utilizando o assunto **“LEILÃO”**, instruindo o pedido com **toda a documentação necessária** à instauração do procedimento de alienação; 2. A **Coordenadoria de Administração da Corregedoria-Geral da Justiça – CGJ** procederá à **análise da requisição**, verificando a regularidade formal da solicitação; 3. Constatada a regularidade formal para a realização da hasta pública, a Coordenadoria de Administração da CGJ promoverá o **sorteio do**

leiloeiro público oficial, conforme Portaria da CGJ, e encaminhará os autos ao Juiz Corregedor para apreciação; 4. O **Juiz Corregedor** homologará o sorteio realizado, quando atendidos os requisitos legais e regulamentares; 5. Após a homologação, a **Coordenadoria de Administração da CGJ** comunicará formalmente o **leiloeiro público oficial sorteado e a unidade solicitante por meio de correio eletrônico**; e 6. O **leiloeiro público oficial** adotará as providências necessárias à **realização da hasta pública**, observando as condições legais, editalícias e contratuais.

5.2. O leiloeiro terá 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do comunicado da Corregedoria, para organização e finalização dos trabalhos.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O credenciamento será executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas no edital de credenciamento, no termo de adesão ou instrumento equivalente, na legislação aplicável à atividade de leiloeiro público oficial e nas normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Considerando a natureza do objeto, os serviços serão prestados **sob demanda**, não havendo cronograma fixo de execução, tampouco obrigação de convocação mínima, inexistindo, portanto, paralisação ou suspensão contratual nos moldes dos contratos de execução continuada.

6.3. As comunicações entre o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e os leiloeiros credenciados deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico, sempre que o ato exigir formalização ou registro nos autos.

6.4. A Administração poderá convocar o leiloeiro credenciado ou seu representante para adoção de providências necessárias à adequada execução dos serviços, sempre que houver demanda.

6.5. Sempre que julgado necessário, poderá ser realizada **reunião inicial ou de alinhamento**, presencial ou remota, para esclarecimento das regras de execução, das responsabilidades das partes, dos procedimentos de fiscalização e da forma de prestação de contas relativa aos leilões realizados.

Preposto/Representante

6.6. O leiloeiro credenciado poderá, **facultativamente**, indicar formalmente responsável pela interlocução com a Administração, com poderes para tratar de assuntos relacionados ao objeto do credenciamento, hipótese em que a indicação deverá ocorrer antes do início da execução dos serviços.

6.7. O leiloeiro credenciado deverá manter representante disponível para atendimento às demandas da Administração durante a vigência do credenciamento, podendo a comunicação ocorrer de forma presencial ou remota, conforme a natureza do serviço.

6.8. A Administração poderá, justificadamente, solicitar a substituição do representante indicado, quando constatada inadequação ao atendimento das necessidades administrativas.

Fiscalização da execução

6.9. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s), na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ou por seus substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços de alienação, verificando a observância das regras legais, do edital de credenciamento e do instrumento de adesão, de modo a assegurar a regularidade, a transparência e a eficiência dos leilões realizados.

6.11. O fiscal registrará, no histórico de gerenciamento do credenciamento, as ocorrências relevantes relacionadas à execução dos serviços, indicando, quando necessário, medidas corretivas.

6.12. Constatada qualquer irregularidade, o fiscal notificará o leiloeiro credenciado para adoção das providências necessárias, fixando prazo razoável para saneamento.

6.13. Situações que demandem decisão superior ou extrapolem a competência da fiscalização deverão ser comunicadas ao gestor do contrato em tempo hábil.

Fiscalização administrativa

6.14. A fiscalização administrativa abrangerá a verificação da **manutenção das condições de habilitação do leiloeiro credenciado**, inclusive regularidade cadastral e profissional, bem como o cumprimento das obrigações assumidas.

6.15. Não se aplicam ao presente credenciamento atividades relacionadas a empenho, liquidação, pagamento, glosas, retenções tributárias ou garantias contratuais, uma vez que **não há pagamento direto pela Administração**, sendo a remuneração do leiloeiro realizada exclusivamente por comissão paga pelo arrematante.

Gestão do credenciamento

6.16. O gestor do contrato será responsável pela coordenação do acompanhamento do credenciamento, mantendo atualizados os registros formais relativos à execução dos serviços, às convocações realizadas, às ocorrências registradas e às eventuais sanções aplicadas.

6.17. O gestor acompanhará as informações prestadas pela fiscalização, adotando as providências administrativas cabíveis quando identificadas irregularidades ou necessidade de ajustes.

6.18. Quando constatado descumprimento das obrigações assumidas, o gestor do contrato adotará as medidas necessárias à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.19. Ao final da vigência do credenciamento, o gestor elaborará relatório conclusivo acerca da execução dos serviços, destacando os resultados alcançados e eventuais recomendações para aprimoramento dos procedimentos futuros.

7 – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição da execução do objeto

7.1. A execução do objeto será acompanhada e aferida **por evento de leilão realizado**, considerando o efetivo cumprimento das obrigações assumidas pelo leiloeiro credenciado, tais como a organização, divulgação, condução do leilão e a correspondente prestação de contas à Administração. A medição da execução terá **finalidade exclusivamente administrativa e de fiscalização**, não financeira, sendo realizada com base nos relatórios, documentos e informações

apresentados pelo leiloeiro após cada leilão, bem como nos registros efetuados pela fiscalização do contrato.

Pagamento

7.2. Não haverá **pagamento direto pela Administração** ao leiloeiro credenciado. A remuneração do leiloeiro público oficial ocorrerá **exclusivamente por meio de comissão correspondente a 5% (cinco por cento)**, incidente sobre o **valor da arrematação, paga diretamente pelo arrematante**, nos termos do Decreto nº 21.981/1932 e conforme disposto no edital de credenciamento e no instrumento de adesão.

7.3. O Contratante **não responderá**, em qualquer hipótese, **nem de forma solidária, nem subsidiária**, pela **solvência, inadimplência ou por quaisquer obrigações financeiras assumidas pelos arrematantes**, inexistindo vínculo jurídico ou responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em relação aos pagamentos devidos em decorrência da arrematação, os quais constituem **responsabilidade exclusiva dos arrematantes**, nos termos da legislação aplicável.

Reajuste

7.4. **Não se aplica reajuste de preços** à presente contratação, tendo em vista que **não há preço contratual ou valor a ser pago pela Administração**. A remuneração do leiloeiro público oficial ocorrerá **exclusivamente por meio de comissão previamente fixada**, incidente sobre o valor da arrematação e **paga diretamente pelo arrematante**, inexistindo, portanto, base econômica para aplicação de reajuste, revisão ou repactuação.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A seleção dos fornecedores ocorrerá por meio de **credenciamento**, procedimento auxiliar previsto no art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021, aplicável às hipóteses em que haja



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

pluralidade de interessados, inviabilidade de competição e necessidade de contratação simultânea ou sucessiva de múltiplos prestadores, sem exclusividade.

8.2. O objeto da contratação consiste em **serviço especializado regulamentado**, exercido por **leiloeiros públicos oficiais**, cuja habilitação técnica decorre do atendimento aos requisitos legais e cadastrais previstos no Decreto nº 21.981/1932 e nas normas da Junta Comercial competente. Trata-se, portanto, de **objeto de natureza especial**, porém **padronizado quanto aos requisitos de habilitação**, não sendo relevantes, para fins de seleção, diferenciações subjetivas de técnica entre os profissionais que atendam às exigências legais e editalícias.

8.3. A seleção dar-se-á, portanto, **pelo atendimento integral aos requisitos de habilitação jurídica, técnica e de regularidade fiscal**, conforme definidos no edital de credenciamento, assegurando tratamento isonômico, ampla participação e observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e transparência.

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. A presente contratação não gera despesa direta para a Administração, razão pela qual não se aplica a elaboração de orçamento estimativo nos moldes tradicionais, com preços unitários, quantitativos definidos ou valor global da contratação.

9.2. Caberá ao **leiloeiro público oficial a comissão de 5% (cinco por cento)**, incidente sobre o **valor final da arrematação dos bens**, a ser **paga diretamente pelo arrematante**, mediante **recibo de arrematação emitido pelo leiloeiro**.

9.2.1. Em caso de remissão, acordo entre as partes ou adjudicação, se já publicado o leilão e iniciados os atos de preparação e divulgação da hasta, terá o leiloeiro direito à sua comissão, estipulada à proporção 2,5 % (dois e meio por cento) sobre o valor de primeira praça, a ser paga pelo remitente, acordante ou adjudicante.

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação **não demanda adequação orçamentária**, uma vez que **não gera despesa direta para a Administração**. Em razão da inexistência de preço contratual, de orçamento estimativo e de impacto financeiro para o órgão, **não se aplica a verificação de disponibilidade ou adequação orçamentária**, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 9º, inciso X, da Instrução Normativa nº 81/2022.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Base legal e procedimento

11.1. As infrações administrativas e as sanções previstas nos arts. **155 e 156 da Lei nº 14.133/2021** serão aplicadas ao Credenciado, garantidos o **contraditório e a ampla defesa**, observados os **procedimentos, critérios e regras de dosimetria** estabelecidos na **Resolução-GP nº 83, de 13 de agosto de 2024**, e na **Resolução-GP nº 15, de 2025**, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA.

Das sanções aplicáveis

11.2. O Credenciado que descumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no Credenciamento ficará sujeito às seguintes sanções administrativas, conforme o art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, nos termos da legislação vigente e da Resolução-GP nº 83/2024.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral do dano eventualmente causado à Administração Pública.

Da base de cálculo das multas

11.3. Considerando que o presente credenciamento **não possui valor contratual** e que a remuneração do leiloeiro decorre exclusivamente de comissão paga pelo arrematante, as **multas administrativas terão como base de cálculo o valor de avaliação mais recente do lote(s) diretamente afetado(s) pela infração**, equiparados à **parcela executável do objeto**, observados os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e dosimetria**, nos termos da **Resolução-GP nº 15/2025**.

Parágrafo único. Quando a infração envolver mais de um lote, a base de cálculo corresponderá **exclusivamente ao somatório dos valores de avaliação dos lotes diretamente relacionados à conduta infracional**, vedada a utilização de valores globais, estimativos ou desvinculados da infração.

11.4. Da multa moratória (atraso injustificado)

11.4.1. A multa moratória será aplicada ao Credenciado que executar o serviço de forma integral, porém **com atraso injustificado** em relação aos prazos estabelecidos no Credenciamento, nos termos do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024, observados os critérios de dosimetria previstos na Resolução-GP nº 15/2025.

11.4.2. A multa moratória será aplicada mediante decisão administrativa devidamente fundamentada, observados os seguintes percentuais e faixas temporais, conforme o art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024, calculados sobre o valor de arrematação do(s) lote(s) afetado(s):



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

- a) 0,5% (cinco décimos por cento), para o 1º (primeiro) dia de atraso;
- b) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, do 2º (segundo) ao 30º (trigésimo) dia de atraso;
- c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, do 31º (trigésimo primeiro) ao 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

11.4.3. A aplicação da multa moratória observará, necessariamente, os limites percentuais estabelecidos no parágrafo único do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024 (mínimo de 0,5% e máximo de 30% da base de cálculo adotada), bem como o limite absoluto previsto no art. 8º da Resolução-GP nº 15/2025 (até 100 (cem) salários-mínimos), considerados os critérios de dosimetria.

11.4.4. Considera-se atraso injustificado a não apresentação, pelo Credenciado, de justificativa técnica ou documental idônea capaz de motivar o descumprimento do prazo estabelecido, nos termos do art. 19 da Resolução-GP nº 83/2024.

11.4.5. Ultrapassados 45 (quarenta e cinco) dias de atraso, a unidade gestora deverá notificar o Credenciado e, consideradas as justificativas apresentadas, avaliar, em manifestação fundamentada, a conveniência da manutenção do credenciamento ou de sua rescisão, observado o interesse público.

11.5. Da multa compensatória (inexecução parcial ou total)

11.5.1. A multa compensatória será aplicada nos casos de inexecução parcial ou total do objeto, observados os critérios de dosimetria, a gravidade da infração, a extensão do dano, a vantagem auferida, a reincidência e as circunstâncias atenuantes ou agravantes, nos termos da Resolução-GP nº 15/2025.

11.5.2. Na inexecução parcial, poderá ser aplicada multa de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor de arrematação do(s) lote(s) diretamente afetado(s), observado o limite máximo previsto no parágrafo único do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024.

11.5.3. Na inexecução total, poderá ser aplicada multa de até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor de arrematação do(s) lote(s) diretamente afetado(s), observado o limite máximo previsto no parágrafo único do art. 18 da Resolução-GP nº 83/2024.

11.5.4. A aplicação da multa compensatória poderá ensejar, conforme o caso, o descredenciamento unilateral do Credenciado, observados os arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

11.6. Nos termos da Resolução-GP nº 15/2025, poderá ser celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), quando cabível, como medida alternativa à aplicação de sanção administrativa, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares.

Do registro e da publicidade das sanções

11.7. As sanções aplicadas, após decisão administrativa definitiva, serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no SICAF, no SINC-Contrata/TCE-MA, no Diário da Justiça Eletrônico e nos sistemas internos do TJMA, nos termos da Resolução-GP nº 83/2024.

Da cobrança das multas

11.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança, os valores devidos a título de multa serão inscritos em dívida ativa, observados os procedimentos legais e regulamentares aplicáveis, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

ANEXOS

ANEXO I - PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

ANEXO IV - TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE

ETP-CAC - 32026

Código de validação: 5E3215BACE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

A presente demanda decorre da necessidade de o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA dispor de meios adequados para a realização da **alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente**, bem como daqueles classificados como **inservíveis**, pertencentes ao seu patrimônio.

No exercício da atividade jurisdicional, é frequente a existência de bens vinculados a processos judiciais que, por determinação legal ou judicial, devem ser alienados, seja para destinação do produto da venda, seja para evitar a deterioração, depreciação ou perda de valor econômico dos bens apreendidos.

Paralelamente, no âmbito da gestão administrativa, o TJMA mantém bens próprios



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Coordenadoria de Administração da CGJ

que, após avaliação técnica, são considerados ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis ou desnecessários ao serviço público, cuja permanência sob guarda da Administração gera custos operacionais, ocupação indevida de espaços físicos e riscos patrimoniais.

A ausência de mecanismos adequados para a alienação desses bens compromete a eficiência da gestão patrimonial, dificulta o cumprimento das determinações judiciais, acarreta acúmulo de materiais e impacta negativamente a racionalização dos recursos públicos.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade institucional de viabilizar, de forma contínua e regular, a alienação dos bens judiciais e administrativos sob responsabilidade do Tribunal, assegurando a adequada destinação patrimonial, a preservação do valor econômico dos bens e o atendimento tempestivo às demandas decorrentes da atividade jurisdicional e administrativa.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Não se aplica. Trata-se de despesa sem impacto financeiro-orçamentário, pois os leiloeiros contratados receberão exclusiva e diretamente do arrematante, a comissão de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do bem arrematado, assegurando assim o previsto no parágrafo único, do artigo 24 do Decreto no 21.981/1932, combinado com o art. 80, da IN DREI no 52/2022, bem como o art. 7º da Resolução nº 14-TJMA, de 27 de julho de 2005.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN



40/2020).

Os requisitos da contratação decorrem da natureza do objeto e da necessidade administrativa a ser atendida, devendo assegurar a adequada execução dos serviços de alienação de bens judiciais e de bens inservíveis pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, publicidade e interesse público.

3.1 Requisitos legais, regulatórios e externos à organização

A contratação deverá observar, dentre outros, os seguintes requisitos legais e normativos:

- a) atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente ao art. 31, relativo à alienação de bens públicos;
- b) observância às normas que regulamentam a profissão de leiloeiro público oficial, notadamente o Decreto nº 21.981/1932 e demais atos aplicáveis;
- c) comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente;
- d) observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito da execução dos serviços;
- e) cumprimento das normas de transparência, publicidade e prestação de contas



aplicáveis à Administração Pública.

3.2 Requisitos internos da organização

A execução dos serviços deverá atender às exigências internas do TJMA, especialmente quanto:

- a) à observância das diretrizes institucionais de gestão patrimonial;
- b) à adequada gestão documental dos processos de alienação;
- c) à observância das políticas institucionais de gestão de riscos;
- d) ao cumprimento das normas internas de segurança da informação, quando aplicáveis.

3.3 Requisitos mínimos de qualidade

A contratação deverá assegurar padrões mínimos de qualidade suficientes para o adequado atendimento da necessidade administrativa, sem imposição de exigências excessivas ou desproporcionais.

Deverão ser observados, entre outros:

- a) capacidade técnica e operacional compatível com a execução dos serviços;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Coordenadoria de Administração da CGJ

b) garantia de transparência, publicidade e rastreabilidade dos procedimentos de alienação;

c) adoção de práticas que assegurem a lisura e a confiabilidade dos leilões realizados.

Ressalta-se que os requisitos de qualidade não deverão exceder o necessário ao atendimento da necessidade que originou a contratação.

3.4 Requisitos de sustentabilidade

A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, compatíveis com a natureza do objeto, nos termos do art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, deverão ser considerados, sempre que aplicável:

a) a priorização de procedimentos eletrônicos, digitais ou virtuais, com vistas à redução do consumo de papel, insumos físicos e deslocamentos;

b) a adoção de práticas que favoreçam o reaproveitamento, a destinação ambientalmente adequada ou a reciclagem dos bens inservíveis, quando cabível;

c) a promoção da economicidade e da eficiência na gestão dos recursos públicos, mediante a adequada destinação dos bens alienados;



d) a observância de práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais decorrentes do armazenamento prolongado de bens sem utilização.

Os critérios de sustentabilidade deverão ser compatíveis com o objeto, não podendo restringir indevidamente a competitividade nem impor exigências desproporcionais aos interessados.

3.5 Garantia, manutenção e assistência técnica

Em razão da natureza do objeto, não se aplica a exigência de garantia contratual, manutenção ou assistência técnica continuada, sem prejuízo das responsabilidades legais e profissionais inerentes à atividade exercida.

3.6 Necessidade de vistoria

Não se identifica, a princípio, a necessidade de vistoria prévia obrigatória, sendo possível o pleno conhecimento das condições de execução por meio das informações fornecidas pela Administração, admitida, quando cabível, declaração de ciência das condições locais.

3.7 Subcontratação

A subcontratação, quando admitida, deverá observar os limites legais e regulamentares, sendo vedada a subcontratação da atividade-fim de leiloeiro público oficial, por se tratar de profissão regulamentada e de exercício pessoal.



3.8 Disponibilização e execução dos serviços

Os serviços serão executados conforme a demanda apresentada pela Administração, observados os prazos, locais e condições que serão definidos no termo de referência.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Não há previsão de quantidade de leilões a serem realizados, já que dependem de prévia autorização de baixa de bens inservíveis ou alienação de bens e materiais apreendidos judicialmente.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Solução 1) Designação de servidor pela autoridade competente: em tese, de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021, seria possível a alienação de bens inservíveis por servidor designado pela autoridade competente. Nesse caso, esta solução seria viável apenas se a Administração possuísse em seu quadro servidor público com a referida habilitação, qual seja, a de leiloeiro oficial, já que se trata de profissão regulamentada, cujas condições para o seu exercício estão previstas no Decreto n. 21.981/1932. Em vista disso, considerando a ausência de referido profissional nos quadros do PJMA, esta solução não se mostra viável.

Solução 2) Credenciamento: o credenciamento se consubstancia em um chamamento público em que a Administração Pública convoca os interessados em prestar os serviços para que se credenciem no órgão público e executem o objeto quando convocados (art. 6º, XLIII, da Lei n. 14.133/2021). Pressupõe pluralidade de interessados, indeterminação do número exato de prestadores de serviço suficientes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Coordenadoria de Administração da CGJ

para o atendimento da necessidade pública e convocação de todos os interessados, sendo inviável a competição entre eles. Aplica-se a objetos em que as diferenças personalizadas (empresas ou profissionais) têm pouca relevância para o interesse público, dado o nível técnico da atividade, já regulamentada ou de fácil verificação, como ocorre, por exemplo, com os leiloeiros. Em pesquisa de mercado, verificou que se trata de prática comum na Administração Pública, adotada por diversos órgãos públicos: TJRR, TJSC, TJPI, TJDF, entre outros.

Solução 3) Pregão: A possibilidade de realização de pregão foi prevista de forma expressa na nova lei de licitações, que trouxe como alternativa ao credenciamento a realização de "licitação na modalidade pregão" e como critério de julgamento o "maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados" (art. 31, § 1º). Em vista disso, a contratação de leiloeiro oficial por meio de pregão tornou-se uma solução possível para o atendimento da demanda. Trata-se de solução pouco usual no âmbito do Poder Judiciário, a exemplo dos editais n. 90011 e 90013 de 2024 do TSE. No caso do pregão, deve a Administração prever como critério de julgamento o maior desconto para as comissões a serem cobradas. Para isso, deve ser estipulada uma base de cálculo, e "utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados." (art. 31, §§ 1º e 2º, II, da Lei n. 14.133/2021). A ideia por trás dessa lógica é que a taxa de comissão prevista no Decreto que regula a profissão não poderia ser fixa, ou seja, haveria competição. Somado a isso, o valor ofertado pelo arrematante pelos bens públicos levaria em consideração todos os custos envolvidos, incluído o valor da comissão. Assim, se menor esse percentual mais vantajosa seria a proposta para a Administração Pública,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Coordenadoria de Administração da CGJ

já que em tese deveria haver aumento do valor do lance em razão da redução do percentual da comissão. A dificuldade em se adotar essa solução, contudo, é o estabelecimento prévio de uma base de cálculo que leve em consideração também o valor dos bens a serem leiloados. Isso porque, no cenário atual, da forma como hoje funciona a alienação de bens móveis do PJMA, não é possível a estipulação prévia de uma estimativa de bens, seus valores e quantidades, bem como de um cronograma de leilões por todo o período que se pretende a contratação. Na prática, para que fosse possível a previsão dos bens, o pregão acabaria ocorrendo para situações em que já existissem bens inservíveis, que estão sem utilização no PJMA e eventualmente estocados. Assim, demandaria uma licitação para contratação de leiloeiro toda vez que houvesse quantitativo de bens suficientes para alienação. Considerando o custo de um procedimento licitatório na modalidade pregão e o tempo despendido para a realização do procedimento, esta solução não se mostra a mais adequada.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Não se aplica. A remuneração do leiloeiro se dará única e exclusivamente por parte do arrematante dos bens leiloados, conforme Decreto n. 21.981/1932.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

Considerando o levantamento de mercado realizado, verificou-se a existência de diferentes alternativas aptas, em tese, ao atendimento da necessidade administrativa relacionada à alienação de bens judiciais e de bens inservíveis pertencentes ao



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Coordenadoria de Administração da CGJ

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA.

Das alternativas analisadas, verificou-se que a solução capaz de atender de forma integral, contínua e adequada a necessidade institucional consiste na contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais mediante procedimento de credenciamento, instrumento que possibilita o cadastramento de todos os interessados que atendam aos requisitos previamente estabelecidos pela Administração.

Tal solução permite que a prestação dos serviços ocorra conforme a demanda efetivamente apresentada, sem necessidade de definição prévia de quantitativos, valores ou cronogramas fixos, assegurando maior flexibilidade operacional, atendimento tempestivo às determinações judiciais e adequada gestão dos bens sob responsabilidade do Tribunal.

Assim, a solução escolhida apresenta-se compatível com a natureza do objeto, com o interesse público envolvido e com as particularidades da atividade de alienação de bens, garantindo eficiência administrativa, regularidade dos procedimentos e observância aos princípios que regem a Administração Pública.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Não se aplica. A adjudicação ocorrerá conforme as requisições judiciais, nos casos de bens e materiais apreendidos judicialmente, ou administrativas, no que se refere aos bens e materiais inservíveis pertencentes ao TJMA



9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

Com a presente contratação, pretende-se alcançar resultados que assegurem maior eficiência, regularidade e racionalidade na gestão dos bens judiciais e administrativos sob responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA.

Busca-se, primordialmente, viabilizar a adequada alienação dos bens e materiais apreendidos judicialmente, bem como daqueles classificados como inservíveis, de modo a evitar sua deterioração, depreciação econômica ou acúmulo indevido, garantindo o cumprimento tempestivo das determinações judiciais e administrativas.

Espera-se, ainda, contribuir para o aprimoramento da gestão patrimonial do Tribunal, com a liberação de espaços físicos atualmente utilizados para guarda de bens, a redução de custos administrativos relacionados ao armazenamento, conservação e controle patrimonial, e a melhoria da organização logística das unidades judiciais e administrativas.

Outro resultado pretendido consiste na ampliação da transparência e da publicidade dos procedimentos de alienação, assegurando que os leilões ocorram de forma



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Coordenadoria de Administração da CGJ

regular, isonômica e em conformidade com a legislação aplicável, fortalecendo a confiança institucional e a credibilidade dos atos praticados pelo Poder Judiciário.

Por fim, objetiva-se promover maior efetividade na destinação dos recursos oriundos das alienações, com potencial incremento da arrecadação, observadas as normas legais pertinentes, contribuindo para a eficiência da Administração Pública e para o adequado atendimento do interesse público.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Não se aplica, pois o leiloeiro público deve conduzir o leilão público e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas à Administração.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não há contratações correlatas ou interdependentes.



12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

Não há impactos ambientais negativos relacionados à presente contratação. Ao contrário, a medida está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme a Resolução nº 356/2020. A contratação tem como objetivo não apenas evitar a desvalorização dos bens, mas também reduzir os problemas decorrentes do acúmulo desnecessário de bens apreendidos e de resíduos, que podem comprometer a saúde das pessoas que frequentam as dependências do Poder Judiciário.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Coordenadoria de Administração da CGJ

A solução pretendida, por meio de credenciamento, demonstrou-se tecnicamente viável, uma vez que será conduzida por leiloeiros públicos credenciados na JUCEMA; operacionalmente adequada, considerando que as contratações diretas por inexigibilidade de licitação encontram respaldo na Lei nº 14.133/2022; e orçamentariamente compatível, pois os leiloeiros contratados receberão, de forma exclusiva e direta do arrematante, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado.

TAMER MORAES HELUY
Coordenador Administrativo
Coordenadoria de Administração da CGJ
Matrícula 118844

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 06/02/2026 16:02 (TAMER MORAES HELUY)

